

## Site – Acionista – Setor Energia 26/04

### Desempenho

Investimento é do que necessita o setor de energia elétrica no Brasil. O crescimento da industrialização e da economia exige maior demanda de energia elétrica e a renovação dos parques hidrográficos, principais fontes de energia. O preço de venda do produto está abaixo do que se esperava quando entrou em vigor, no final de 2003, a nova regulamentação da área. Por outro lado, ele deve aumentar ao considera-se a tendência de equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica no País.

Dados da Operadora Nacional do Sistema, a ONS, apontam que o consumo de energia no Brasil atingiu seu recorde absoluto em março deste ano. O número chegou aos 35.205 GW/h (elevação de 6,9% no uso de energia entre fevereiro e março deste ano). A nova regulamentação representa esperança depois da necessidade de racionamento do produto no País no ano de 2001. A legislação vigente objetiva garantir aos investidores em geração, distribuição e transmissão de energia uma regulação mais profissional e transparente, com objetivo de atrair investimentos privados, nacionais e estrangeiros.

As regras atuais procuram minimizar riscos decorrentes de decisões governamentais eventualmente prejudiciais ao setor, liberando, por exemplo, as autorizações ambientais antes dos investimentos das empresas em geração e transmissão. Outra inovação importante é a liberação da venda direta de energia aos grandes consumidores pelas empresas geradoras, mediante leilões, garantindo fluxo programável de receita e redução de custo para as partes envolvidas.

O forte posicionamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo analistas do Banco do Espírito Santo (BES), também é ponto positivo ao setor. Efetuar reajustes, a fim de reduzir riscos, é importante para um ambiente mais estável frente a dúvidas quanto a investimentos em negócios de energias renováveis, como água, sol ou nuclear. Por outro lado, o presidente do conselho da Câmara Americana de Comércio - AMCHAM - Sergio Habersfeld coloca em dúvida se o novo modelo regulatório atrairá o capital privado. A AMCHAM realizou pesquisa que avaliou o atual desempenho da ANEEL. Segundo dados coletados, a atuação da agência está melhor no que diz respeito à fiscalização da regulamentação e dos direitos dos consumidores, mas fica evidente uma preocupação de que o modelo, há pouco tempo instituído, não seja eficaz na atração de investimentos.

Outra opinião apreensiva em relação ao desempenho do setor de energia elétrica no País é a manifestada pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE). De acordo com o presidente da entidade, Cláudio Sales, nenhuma porção dos 66% dos investidores em distribuição e 24% em geração de energia no Brasil, que é a parcela dos empresários privados em relação ao total de investidores, se sente confortável com o ambiente regulatório atual. Uma das razões é o

crescente acúmulo de ativos que o setor tem a receber do governo federal. Contabilizados, esses valores representam uma receita de R\$ 16,200 bilhões (20% do rendimento do setor em 2004) que são somados aos balanços patrimoniais e investidos; porém, sem estarem nas contas dessas empresas. Conseqüentemente, as empresas são obrigadas a se endividarem por meio de financiamentos.

Segundo Sales, um período de racionamento para o Brasil não está iminente, pois as margens de consumo do brasileiro são pequenas, devido a uma mudança de postura que foi necessária adotar no período de racionamento. Porém, o dirigente da CBIEE acredita que se as tarifas de energia elétrica para o consumidor final continuarem aumentando, se o governo não repor os ativos que deve às empresas e se não aumentar a transparência no setor, pode-se esperar uma fase de racionamento após o ano de 2009.